

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

LAGES
2021

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial, apresentado ao Conselho Universitário da Universidade do Planalto Catarinense-UNIPLAC.

LAGES
2021

Índice

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.1 NOME DA MANTENEDORA.....	6
1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	6
1.3 NOME DA MANTIDA.....	6
1.4 BASE LEGAL DA IES.....	6
1.5 PERFIL, MISSÃO E VISÃO DA IES.....	7
1.5.1 Perfil.....	7
1.5.2 Missão.....	7
1.5.3 Visão.....	7
1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES.....	8
1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	10
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	19
2.1 NOME DO CURSO.....	19
2.1.1 Grau.....	19
2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO.....	19
2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	19
2.4 NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS.....	19
2.5 PERIODICIDADE.....	19
2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	19
2.7 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	20
2.8 MODALIDADE DE OFERTA.....	20
2.9 FORMAS DE ACESSO.....	20
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO.....	21
3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	21
3.1.1 Justificativa para a Criação do Curso.....	26
3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	27
3.2.1 Articulação entre o Ensino e a Pesquisa.....	27
3.2.2 Articulação entre Ensino e Extensão.....	29
3.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	31
3.3.1 Objetivo Geral.....	31
3.3.2 Objetivos Específicos.....	31
3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	31
3.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	32
3.6 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	32
3.6.1 Estrutura curricular.....	33
3.6.1.1 Resumo Explicativo.....	34
3.6.2 Ementário e Referência.....	35
3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	56
3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	58
3.7.2 Representação gráfica de perfil de formação.....	59
3.7.3 Requisitos Legais.....	60
3.7.3.1 Educação Ambiental.....	60
3.7.3.2 Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	63
3.7.3.3 Direitos Humanos.....	64
3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	64

3.8 METODOLOGIA.....	65
3.9 ESTÁGIO CURRICULAR.....	67
3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	67
3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica.....	68
3.9.3 Estágio Curricular Obrigatório Relação entre Teoria e Prática.....	70
3.9.4 Estágio Curricular Não Obrigatório.....	71
3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	71
3.11 APOIO AOS DISCENTES.....	73
3.11.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	75
3.11.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtorno de conduta e altas habilidades /superdotação.....	76
3.12 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	77
3.13 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	80
3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PCC.....	81
3.15 ATIVIDADES DE TUTORIA.....	82
3.16 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	83
3.17 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS).....	83
3.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	85
3.19 MATERIAL DIDÁTICO.....	85
3.20 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD).....	87
3.21 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA).....	90
3.22 ENCONTROS PRESENCIAIS.....	90
3.23 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	91
3.24 NUMERO DE VAGAS.....	92
3.25 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	92
3.25.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	92
3.25.2 Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas.....	94
3.25.3 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	96
3.25.4 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade.....	96
3.26 ATIVIDADES PRATICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	97
3.26.1 Prática como Componente Curricular.....	98
4 CORPO DOCENTE.....	99
4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	99
4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	99
4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	99
4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	100
4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	100
4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	101
4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	102
4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	102
4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	103
4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EAD.....	103

4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EAD.....	104
4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	105
4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	105
4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EAD.....	105
4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES.....	106
4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	106
5 INFRAESTRUTURA.....	107
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	107
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	107
5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	108
5.4 SALAS DE AULA.....	108
5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	108
5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	110
5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	112
5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	114
5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	115
5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	115
6 REQUISITOS LEGAIS.....	117
7 REFERÊNCIAS.....	119

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense

CNPJ: 84.953.579/0001-05

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense foi criada pela Lei n. 078, de 23/12/1969 e consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/1998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

1.4 BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 – Bairro: Universitário

Município: Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

1.5 PERFIL, MISSÃO E VISÃO DA IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES pública de direito privado, comunitária, vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n.4, de 1º/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa nº 840 de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.

1.5.2 Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de “Princesa da Serra”, é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela

sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a vinicultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109.396.099,0 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um “bairro cidade”, devido a esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A BR 282 – corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 – corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga às cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Para ligações mais distantes conta com voo direto e diário a Campinas/SP, pelo aeroporto Viracopos, que detém conexões nacionais e internacionais, proporcionando conforto aos usuários.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino a distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais, contribuindo para o empreendedorismo regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da UNIPLAC desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2019-2023.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19/07/59, com a fundação, em Lages, da Associação

Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23/02/64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages – FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação UNIPLAC e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14/03/69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente a FACEC.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03/04/73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de UNIPLAC - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE.

A denominação da mantenedora da UNIPLAC é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em

1 - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O.E n. 6372, de 03.08.59.

2 - ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994.

27/02/97, são aprovados os novos estatutos da UNIPLAC. Em 11/12/97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da UNIPLAC.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15/06/99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23/06/99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27/07/99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas Correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394). Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da UNIPLAC. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a Madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de Renovação do Credenciamento da UNIPLAC (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15/07/04). Solenidade de Renovação do Credenciamento da Universidade (01/12/04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilíngue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação UNIPLAC (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22/10/08). Instituída a intervenção judicial na Fundação UNIPLAC, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24/10/08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua

Brasileira de Sinais – Libras, como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – PROESDE (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15/10/10. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 088/2010 de 24/09/10).

2011: Criação do Curso de Graduação em Jornalismo (Resolução n. 094, de 18/10/11). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica (Resolução n. 092, de 11/03/11).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura (Resolução n. 105, de 27/11/12). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática (Resolução n. 104, de 02/07/12). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica (Resolução n. 099, de 22/03/12. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução CONSAD n. 01, de 03/09/12).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º/11/13). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 114, de 1º/11/13). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04/09/13). Aprova o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02/07/13). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação UNIPLAC, (Resolução CONSAD n. 03, de 12/03/13). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da UNIPLAC, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20/12/13).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25/07/14). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08/07/14). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento

Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução n. 128, de 18/06/14). Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo (Resolução n. 117, de 11/02/14.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica (Resolução n. 116, de 11/02/14).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22/07/15: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da UNIPLAC. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista UNIPLAC. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da UNIPLAC. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura.

2016: Resolução n. 207, de 20/01/16, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução n. 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução n. 219, de 08/06/16, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08/06/16, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21/06/16, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução 224, de 21/06/16, que Cria o parágrafo 2º No artigo 28 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução n. 225, de 21/06/16 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/16 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/16 e

Resolução n. 237, de 13/09/16, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Parecer 670, de 29/07/16 e Resolução n. 238, de 13/09/16, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/16 e Resolução n. 231, de 08/08/16, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 235, de 11/08/16: Trata da Política de Inclusão e Acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/16, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 239, de 04/10/16, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução n. 240, de 04/10/16, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução n. 241, de 17/11/16, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20/03/17, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04/04/17, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07/07/16. Portaria n. 034, de 05/04/17, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05/05/17, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16/05/17, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25/09/17, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21/11/17, cria as Disciplinas Institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27/11/17, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21/12/17, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs.

2018: Resolução n. 353, de 08/06/18, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08/06/2018, aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18/06/18, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor

da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01/07/18. Resolução n. 344, de 16/04/18, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017. Resolução n. 355, de 19/06/18, Aprova as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, suas ementas e referências, para implantação, a partir de 2018, em todos os Cursos de Graduação UNIPLAC, que possuam estruturas curriculares disciplinares. Resolução n. 381, de 20/09/18, aprova o novo Regimento do Conselho Universitário – CONSUNI. Resolução n. 397, de 06/12/18, estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

2019: Resolução n. 401, de 11/03/19. Estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. **Concessão da Autonomia Universitária** - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRES/DPR/SERES/MEC.

2020: Resolução n. 430, de 21/01/20. Aprova o Novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Resolução n. 431, de 29/01/20. Aprova a Adequação do Regimento do Mestrado em Ambiente e Saúde (PPGAS). Ato Normativo, nº 002 de 17/03/20. Orientação sobre funcionamento da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID-19) no período de 16 a 29 de março de 2020. Ato Normativo n. 004, de 30/03/20. Fica prorrogado até dia 20 de abril de 2020 o Ato Normativo nº 02/2020. Ato Normativo nº 006 de 17/04/20. Orientação sobre funcionamento administrativo da Fundação UNIPLAC e Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID19) no período de 20 de abril a 31 de maio de 2020. Resolução n. 435, de 28 de julho de 2020, estabelece regras para o semestre letivo 2020/2, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 447/2020, de 10 de novembro de 2020, estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.

2021: Resolução n. 456 de 03/02/21, aprova o Novo Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UNIPLAC. Resolução n. 458, de 02/03/21, aprova do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Resolução n. 460, de 28/04/21, altera a Resolução n.

435/20, que estabelece regras para o ensino, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 462, de 10/06/21, aprova o Relatório Institucional 2020.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 NOME DO CURSO

Curso de Educação Especial.

2.1.1 Grau

Licenciado

2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização: a Resolução n. 467 do Conselho Universitário (CONSUNI), de 06 de julho de 2021, aprova a criação do Curso de Educação Especial.

2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso é composto por 3400 horas (três mil e quatrocentas horas), em 160 créditos – 08 semestres letivos (04 anos).

2.4 NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS

80 vagas anuais, sem compartilhamento.

40 vagas anuais, com compartilhamento.

2.5 PERIODICIDADE

Semestral

2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

2.7 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

2.8 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Os cursos de graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de pós-graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação nas diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI 2019/2023.

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva os cursos de graduação da UNIPLAC constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca.

Como vetor para suprir as demandas e exigências do meio, esta edição do Projeto Pedagógico incita o permanente desencadear de novos comportamentos dos agentes que direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, encontrem-se vinculados ao Curso.

Assim, criar e manter alto padrão de desempenho no processo de ensino e aprendizagem é a ordem. Formar cidadãos altamente profissionais é a diretriz a ser permanentemente seguida.

O Curso de Educação Especial, pela concepção caracterizada neste Projeto Pedagógico, ao ser estruturado para formar e qualificar pessoas para atuar com eficiência e eficácia na sua área de formação, justifica-se como importante.

No sentido amplo, o Curso abre-se à população em geral, como alternativa de acesso ao conhecimento, formação e graduação em nível superior através do ensino articulado com a pesquisa e a extensão.

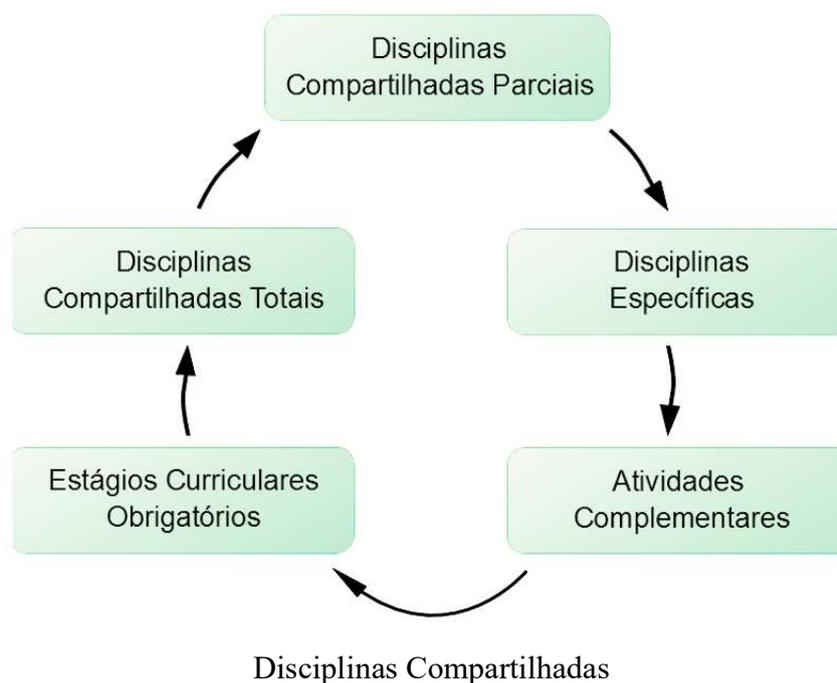


Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC

Neste sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios.

Nesta política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que trabalharão nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da UNIPLAC inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

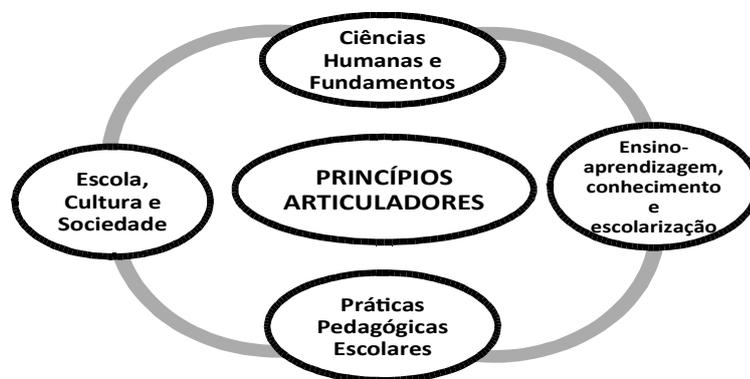
O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço possibilitador para o professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (NÓVOA, 1995, p.25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos

e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriedade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da UNIPLAC articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), em parceria com a CAPES. O projeto tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de

Licenciatura da UNIPLAC uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

O cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos alunos que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora – reconheça-se –, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega, até hoje (2020), índices de desenvolvimento humano abaixo da média do estado, realidade que vai comandar as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense (Plano de Desenvolvimento Institucional

Diante de tal quadro, hoje, após 20 anos de existência, quais serão as expectativas da UNIPLAC na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na UNIPLAC será preciso voltarmos-nos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- a) A luta por padrões de qualidade;
- b) A universalidade de acesso;
- c) A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição UNIPLAC, antes de mais nada buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da Região, a UNIPLAC deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

3.1.1 Justificativa para a Criação do Curso

A principal justificativa para a oferta do curso de Educação Especial pela UNIPLAC é a necessidade crescente da inserção, nas últimas décadas, de ações para uma educação inclusiva.

A UNIPLAC tem se preocupado e trabalhado efetivamente para a inclusão social, nesse contexto o Curso de Educação Especial vem atender a uma demanda de profissionais das Licenciaturas para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

Um dos objetivos desse curso é formar profissionais para atuarem nos diversos espaços de trabalho como: escolas públicas e privadas, escolas de educação especial e, ainda, para trabalhar em hospitais, clínicas de reabilitação e centros comunitários.

3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO – na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

3.2.1 Articulação entre o Ensino e a Pesquisa

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante

o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

O curso de Educação Especial da UNIPLAC articula o ensino com a pesquisa de forma que

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

3.2.2 Articulação entre Ensino e Extensão

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2018, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005, de 25/06/2014, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2019-2023 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

1. Promoção da educação e do trabalho;
2. Assistência jurídica a família;
3. Assistência social a família;
4. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
5. Promoção do esporte e cultura;
6. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
7. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
8. Ações comunitárias com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.

9. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente com as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

3.3.1 Objetivo Geral

O curso propõe-se habilitar professores/educadores a partir de princípios ético-políticos e de referenciais teórico-metodológicos, considerando o humano e a prática educativa inclusiva em suas dimensões contextuais.

3.3.2 Objetivos Específicos

- viabilizar uma formação inicial com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos; com necessidades especiais na Educação Básica.
- possibilitar uma formação que qualifique os profissionais da educação para a compreensão de que seja assegurado o direito à educação às pessoas com necessidades especiais;
- fundamentar a formação profissional com práticas reflexivas, considerando os conhecimentos produzidos no campo da educação especial;
- proporcionar a construção do conhecimento, problematizando a realidade, utilizando a pesquisa como princípio educativo.
- contribuir para a construção de uma prática profissional comprometida com os avanços da ciência, com a promoção da qualidade de vida da população e com o exercício da cidadania, considerando a diversidade humana como transversalidade na educação;
- estudar as relações educativas, levando em conta o processo de interação como fundamental no fenômeno educativo;
- promover inovações criativas utilizando-se de tecnologias no contexto educacional, com vistas à acessibilidade de todos ao conhecimento;
- possibilitar ao futuro professor uma formação, subsidiada na teoria e na prática sobre a educação inclusiva, na perspectiva das metodologias mais ativas e participativas.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao final do curso, o profissional estará teoricamente fundamentado, politicamente comprometido, historicamente situado, habilitado para atuar na educação especial tendo como

base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação deverá possibilitar atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

3.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O profissional estará apto para prover atendimento educacional especializado de qualidade, compor equipes escolares contribuindo com planejamento e ações pedagógicas específicas, atuar em equipes multidisciplinares, prestar assessoria acerca da temática da educação especial, além da atuação em outros contextos, lidando com questões familiares, laborais, recursos humanos, classe hospitalar, órgãos públicos e privados, laboratórios de pesquisa e universidades.

3.6 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

As estruturas curriculares dos cursos de Licenciatura da UNIPLAC obedecem ao dispositivo na Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Fundamentam-se em legislação específica, como o Parecer do CNE/CP n. 9/2001 e CNE/CP n. 27/2001.

Além desta estrutura, em atenção à legislação – Decreto-Lei n. 5.625 de 22 de dezembro de 2005 em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que normatiza a oferta do ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a regulamentação interna através do Conselho Universitário – CONSUNI, instituiu a resolução n. 086 de 21/12/2009 normatizando a obrigatoriedade da oferta em todos os cursos de graduação da Universidade, a disciplina de “LIBRAS” como optativa.

3.6.1 Estrutura curricular

1º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Fundamentos históricos e filosóficos da Educação	80	4	72	-	8	14
Fundamentos Sociológicos e Psicológicos da Educação	60	3	56	-	4	10
Inclusão e educação	40	2	36	-	4	7
Aprendizagem e Desenvolvimento	80	4	72	-	8	14
Profissão Docente *	60	3	40	-	20	10
Tecnologia da Informação e Comunicação **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	400	20	356	-	44	-
2º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Fundamentos do Trabalho Pedagógico Escolar	80	4	72	-	8	14
Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Educação Escolar	80	4	72	-	8	14
Políticas da Educação Especial no Brasil	60	3	56	-	4	10
Políticas Públicas da Educação Básica *	60	3	40	-	20	10
Psicologia da Educação *	40	2	36	-	4	7
Cultura, Diferença e Cidadania **	80	4	76	-	4	-
Subtotal	400	20	352	-	48	-
3º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Fundamentos da Educação Especial	80	4	72	-	8	14
Alfabetização e Letramento I	60	3	54	-	6	10
Currículo e Educação Especial	60	3	54	-	6	10
Educação Especial na Educação Básica	80	4	72	-	8	14
Currículos e Saberes *	40	2	36	-	4	7
Língua Portuguesa **	80	4	72	-	8	-
Subtotal	400	20	360	-	40	-
4º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Trabalho Pedagógico da Educação Especial I	60	3	56	-	4	10
Alfabetização e Letramento II	40	2	36	-	4	7
Organização e Funcionamento da Educação Especial na Educação Básica Brasileira	80	4	72	-	8	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	80	-	-	14
Educação e Necessidades Especiais *	40	2	36	-	4	7
Iniciação à Pesquisa Científica **	80	4	72	-	8	-
Subtotal	380	19	352	-	28	-
5º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Educação Especial na Educação Infantil	80	4	72	-	8	14
Trabalho Pedagógico da Educação Especial II	60	3	40	-	20	10
Didática *	80	4	72	-	8	14

Estágio Curricular Obrigatório II	80	4	80	-	-	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **	80	4	72	-	8	-
Subtotal	380	19	336	-	44	-
6º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Trabalho Pedagógico da Educação Especial III	100	5	80	-	20	21
Educação Especial nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	80	4	70	-	10	14
Educação Matemática	80	4	70	-	10	14
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	80	-	-	-
Libras I *	40	2	36	-	4	7
Pesquisa e Prática Pedagógica I *	40	2	20	-	20	7
Subtotal	420	21	356	-	64	-
7º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Trabalho Pedagógico da Educação Especial IV	80	4	70	-	10	14
Educação Especial nas Séries Finais do Ensino Fundamental	80	4	70	-	10	14
Códigos e linguagem aplicáveis	60	3	56	-	4	10
Políticas de Formação Docente	40	2	36	-	4	7
Estágio Curricular Obrigatório IV	80	4	80	-	-	-
Libras II *	40	2	36	-	4	7
Pesquisa e Prática Pedagógica II *	40	2	10	-	30	7
Subtotal	420	21	358	-	62	-
8º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Educação Especial no Ensino Médio e EJA	80	4	72	-	8	14
Trabalho Pedagógico da Educação Especial V	80	4	72	-	8	14
Políticas de Formação Docente	60	3	40	-	20	10
Estágio Curricular Obrigatório V	80	4	80	-	-	-
Gestão de Processos Educacionais *	40	2	36	-	4	7
Pesquisa e Prática Pedagógica III *	60	3	30	-	30	10
Subtotal	400	20	330	-	70	-
Total da Carga Horária	3.200	160	2.800	-	-	-
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.400	160	-	-	400	-

3.6.1.1 Resumo Explicativo

Distribuição na Estrutura	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas *	580
Disciplinas Institucionais **	400
Disciplinas Específicas	1820
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200
TOTAL GERAL	3400

Situação Resolução CNE/CP 02/2019	Carga Horária
Grupo 1	800
Grupo 2	1600
Grupo 3 (Estágio)	400
Grupo 3 (PCC)	400

3.6.2 Ementário e Referência

1º semestre	
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	História da educação e seus fundamentos filosóficos. Correntes filosóficas.
Referências	<p>Básicas CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação UNESP (FEU), 1999. GHIRALDELLI, Jr. Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.</p> <p>Complementares ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1990. NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Conversas com filósofos brasileiros. São Paulo: 34 Ltda, 2001. REALE, Giovanni. História da filosofia antiga: das origens a Sócrates. v. 1. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p>
Fundamentos Sociológicos e Psicológicos da Educação	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Abordagens sociológicas e psicológicas da educação e principais teóricos. Tendências contemporâneas.
Referências	<p>Básicas ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.</p> <p>Complementares DALAROSA, Adair Ângelo. Estado, educação e sociedade. Caçador: UNC, 1998. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. POPKEWITZ, T. S. Reforma educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>

Inclusão e Educação	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Inclusão e exclusão. Educação Inclusiva e Escolarização.
Referências	<p>Básicas BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 12/06/2006. FERREIRA, B. Inclusão x Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>Complementares BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, p. 123-138, 2009. FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p>
Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Concepções de aprendizagem e desenvolvimento humano. O biológico e o social na constituição do homem. As funções psicológicas elementares e superiores. Alterações orgânicas funcionais. Contribuição da perspectiva histórico cultural.
Referências	<p>Básicas DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999. OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1999. VIGOTSKY, L. S. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>Complementares LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988. PADILHA, A. M. L. Possibilidades de Histórias ao Contrário, ou, como desencaminhar o aluno da classe especial. 2. ed..São Paulo: Plexus Editora, 2001. PALAGANA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky (a relevância do social). São Paulo: Plexus, 1994. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento humano. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>
Profissão Docente *	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básicas ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p>

	<p>MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementares BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995. PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004. Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento.</p>
Tecnologia da Informação e Comunicação **	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básicas FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>Complementares FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância. São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º Semestre	
Fundamentos do Trabalho Pedagógico Escolar	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Trabalho pedagógico Transmissão de conhecimentos. Mediação da aprendizagem. Trabalho colaborativo/bidocência. Trabalho coletivo.
Referências	<p>Básicas GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: Um estudo introdutório. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 1984. SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. ed. Ver, Campinas, SP: autores associados, 2010.</p> <p>Complementares ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995 MARROU, Henri Irene. História da educação na Antiguidade. São Paulo: EPU, 1990. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.</p>

	São Paulo: Cortez, 1997. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. A Educação escolar em perspectiva histórica. Campinas: Autores Associados, 2005
Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Educação Escolar	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Origem da escola moderna. Formas escolares. Conhecimentos escolares. BNCC
Referências	<p>Básicas CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação UNESP (FEU), 1999. FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2002.</p> <p>Complementares MARROU, Henri Irene. História da educação na Antiguidade. São Paulo: EPU, 990. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1997. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. A Educação escolar em perspectiva histórica. Campinas: Autores Associados, 2005 LUDWIG, A. C. W. Conservadorismo e progressismo na formação docente. Campinas, SP: Pontes, 2000.</p>
Políticas da Educação Especial no Brasil	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Movimentos da educação especial no Brasil. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
Referências	<p>Básicas MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Políticas públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2013. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: FSC/CED/NUF, 2017. GARCIA, R. M. C. Para além da “inclusão”: crítica às políticas educacionais contemporâneas. In: Olinda Evangelista. (Org.). O que revelam os slogans na política educacional. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014, v. 1, p. 101-140.</p> <p>Complementares BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006. BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, p. 123-138, 2009. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Políticas Públicas da Educação Básica *	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos

Ementa	Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	<p>Básicas BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm</p> <p>_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file.</p> <p>SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm</p> <p>_____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatórios da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.</p>
Psicologia da Educação *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.</p> <p>CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação - seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>Complementares BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001.</p> <p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva 2005.</p> <p>CUNHA, M. V. da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e</p>

	<p>aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.</p> <p>História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.</p>
Cultura, Diferença e Cidadania **	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	<p>Básica:</p> <p>HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementar:</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013.</p> <p>CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014.</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p> <p>Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.</p>
3º Semestre	
Fundamentos da Educação Especial	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	História da Educação Especial na sociedade moderna. Concepções pedagógicas da Educação especial.
Referências	<p>Básicas</p> <p>JANNUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004</p> <p>PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. T.A. Queiroz. São Paulo: Editora da USP, 1984.</p> <p>GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017</p> <p>Complementares:</p> <p>BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.</p> <p>BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. Educação especial: diálogo e</p>

	<p>pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, p. 123-138, 2009.</p> <p>GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Alfabetização e Letramento I	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Linguagem e simbolização. Cultura escrita. Desenvolvimento da linguagem escrita.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BIZZOTTO, Maria Inês; Maria Luiza, AROEIRA; Amélia, PORTO. Alfabetização Linguística: da teoria a prática. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.</p> <p>KRAMER, Sônia. Alfabetização leitura e escrita-formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>Complementares</p> <p>BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf></p> <p>GARCIA, Regina Leite (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>PARREIRA, Ninfa. Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê. Belo Horizonte: RHJ, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p> <p>SARMENTO, M; GOUVEA, M. C. S. (orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais– Petrópolis, RJ: Vozes 2008.</p>
Currículo e Educação Especial	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Conhecimento escolar: Adaptação, flexibilização, adequação
Referências	<p>Básicas</p> <p>BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília, 1999</p> <p>GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>Complementares</p> <p>BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1999.</p> <p>BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. (*) Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf. Acesso em julho de 2016.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo</p>

	<p>Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: julho.2016</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 04 de outubro de 2009. Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação Inclusiva. Documento Orientador. MEC/SEESP: Brasília (DF), 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf Acesso em 07-02-21</p> <p>BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. v. 1. São Paulo: EDUC – Editora da PUC/SP, 2011.</p>
Educação Especial na Educação Básica	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Política de Educação Especial para Educação Básica: fundamentos e finalidades.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p> <p>GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017.</p> <p>Complementares</p> <p>BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, p. 123-138, 2009.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Currículos e Saberes *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Construção Histórica, Cultural, Epistemológica, Social e Ideológica do Currículo. Currículo, Escola e Sociedade. Propostas Curriculares Alternativas.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>Complementares</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes 2013.</p> <p>MOREIRA, A. C. B. <i>et al.</i> Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r. Cornacchia, 2011.</p> <p>NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres;</p>

	GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. SAVIANI, D. Saber escolar, currículo e didática. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Construção Histórica, Cultural, Epistemológica, Social e Ideológica do Currículo. Currículo, Escola e Sociedade. Propostas Curriculares Alternativas.
Língua Portuguesa **	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas CASTILHOS, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>Complementares FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Wilson. Redes Sociais e Ensino de Línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014. Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.</p>
4º Semestre	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial I	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Fundamentos da psicologia histórico cultural para a educação especial: aproximações.
Referências	<p>Básicas LEONTIEV, A. (et al). Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005. LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Tradutor Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares VAZ, K. O projeto de professor para a educação especial: demandas do capital para a escola pública no século XXI. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2017. FRIZZO, G.F. E.; FERREIRA, L. S.; RIBAS, J. F. M. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. Educação (UFSM), v. 38, n. 3, p. 553-564, 2013. FUENTES, R. C.; FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de</p>

	práxis pedagógica. Perspectiva , Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 722-737, jul. / set. 2017. Disponível em http://www.perspectiva.ufsc.br .
Alfabetização e Letramento II	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Diferentes abordagens para a aquisição da linguagem escrita. Processos de alfabetização.
Referências	<p>Básicas BIZZOTTO, Maria Inês; Maria Luiza, AROEIRA; Amélia, PORTO. Alfabetização Linguística: da teoria a prática. Belo Horizonte: Dimensão, 2010. KRAMER, Sônia. Alfabetização leitura e escrita-formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010. FERREIRO, Emília. TEBEROSKI, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artemed. 1986.</p> <p>Complementares BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensifund/ensifund9anobasefinal.pdf> GARCIA, Regina Leite (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 1996. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p>
Organização e Funcionamento da Educação Especial na Educação Básica Brasileira	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Diretrizes Operacionais da Educação Especial na Educação Básica: Espaços, formas e recursos.
Referências	<p>Básicas BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. (*) Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf. Acesso em julho de 2016. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: julho.2016 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 04 de outubro de 2009. Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.</p> <p>Complementares BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006. BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, p. 123-138, 2009. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>

Estágio Curricular Obrigatório I	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Mapeamento dos espaços e modalidade da educação especial local. Levantamento de dados dos espaços mapeados. Observação direta nos diferentes espaços e modalidades de educação especial.
Referências	<p>Básicas JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. <i>Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado</i>. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. <i>Revista de Antropologia</i>, p. 13-37, 1996. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de histórias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial. Plexus Editora, 2004.</p> <p>Complementares FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Educação e Necessidades Especiais *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Educação Especial. Fundamentos Históricos, Epistemológicos e pedagógicos da Educação Especial. Necessidades Educacionais Especiais. Especificidades nas Áreas Visual, Auditiva, Mental, Motora e Sócio Emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básicas BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>
Iniciação à Pesquisa Científica **	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de

	publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.</p> <p>Complementares ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre Bookman 2010. Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.</p>
5º Semestre	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial II	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Contribuição da perspectiva sociocultural para a educação especial. Mediação. Interação. Linguagem. Problemas fundamentais da defectologia, com base em Vigotski
Referências	<p>Básicas VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia – Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares BARROCO, Sônia Mari Shima VIGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. In: Psicologia pedagógica. 2011. p. 561-561. LURIA, A. R. Curso de psicologia geral. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 _____. Curso de psicologia geral. v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. _____. Curso de psicologia geral. v.3. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.</p>
Educação Especial na Educação Infantil	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Processos Pedagógicos na Educação infantil. Mediação. Interação social. Trabalho coletivo
Referências	<p>Básicas DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. CORAZZA, Sandra Mara. Infância e educação: era uma vez... quer que conte outra vez?. Petrópolis: Vozes, 2002. FULLGRAF, Jodete & WIGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014.</p>

	<p>Complementares BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>_____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3.</p> <p>FARIA S. Histórias e políticas de educação infantil. In: C. Fazolo, E., Carvalho, M. GARCIA, Regina L. Revisitando a pré-escola. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>KRAMER, Sônia (org.) LEITE, Maria Isabel F.(org.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p>
Didática *	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas CANDAUI, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertat, 2005.</p> <p>Complementares CANDAUI, V. M. Reinventar a escola. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996 MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.</p>
Estágio Curricular Obrigatório II	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Observação participante no atendimento educacional especializado em centros de educação infantil. Relatório reflexivo.
Referências	<p>Básicas JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, p. 13-37, 1996. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de histórias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial. Plexus Editora, 2004.</p> <p>Complementares FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	<p>Básicas HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016.</p> <p>Complementares ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014. LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016. MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004. MUDANÇAS climáticas do global ao local. São: Paulo Manole 2014. Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.</p>
6º Semestre	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial III	
Carga Horária	100 horas - 5 créditos
Ementa	Fundamentos da Defectologia: princípios da educação especial, com base em Vigotski. Deficiência e Compensação.
Referências	<p>Básicas VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia – Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares BARROCO, Sonia Mari Shima. A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Araraquara: UNESP, 2007. COLL, Cesar ; MARCHESI, Alvaro;PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação; transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais . 2. ed .Porto Alegre: Artmed, 2004. CRUZ, Mafalda Luiza Coelho Madeira da. Crianças com necessidades especiais: importância da intervenção essencial para o desenvolvimento emocional e afetivo. Curitiba :Juruá ,2012. PISKE, Fernanda Hellen Ribeiro ;BAHIA, Sara. Criatividade na escola; o desenvolvimento de potencialidade, altas habilidades/superdotação (AH/SD) e talentos. Curitiba:</p>

	Juruá ,2013 VIGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. In: Psicologia pedagógica . 2011.
Educação Especial nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Áreas do conhecimento escolar. Organização da Educação Especial nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Recursos pedagógicos.
Referências	<p>Básicas GONTIJO, Claudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: 2008. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Didática de matemática: Como dois e dois a construção de matemática. São Paulo: FTD, 1997.</p> <p>Complementares DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. HERMES, Simoni Timm. Metodologia do ensino de ciências naturais. 2019. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998. SCHREIBER, D.V.A.F. Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2012.</p>
Educação Matemática	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Educação Matemática. Metodologias de ensino de matemática. Construção do número, espaço, formas e tempo. Sistema de numeração decimal. Conjuntos numéricos: operações e propriedades.
Referências	<p>Básicas MOYSÉS, Lucia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 6.ed. São Paulo: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 2004. 176 p. (Magistério Formação E Trabalho Pedagógico). KALIFF, Ana Maria Martensen Roland – PEREIRA, Pedro Carlos. Educação Matemática: diferentes olhares e práticas. Ed. Appris, 2020. KAMII, Constance. A criança e o número: Implicações educacionais da teoria de piaget para a atuação junto a escolares de 4 à 6 anos. 21.ed. Campinas: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 1996.</p> <p>Complementares: ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009. SANTA CATARINA. Currículo base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território catarinense. 2019. MACHADO, V.C. Aprendendo Matemática através das mãos: uma proposta para o uso do Multiplano no ensino dos educandos cegos. Criciúma, SC, 2004. Curriculares Nacionais: Matemática – Brasília: MEC / SEF, 1998. JELINEK, Karin Ritter. Jogos nas aulas de matemática: brincadeira ou aprendizagem? o que pensam os professores?. 2005. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.</p>
Estágio Curricular Obrigatório III	
Carga	80 horas - 4 créditos

Horária	
Ementa	Observação participante no atendimento educacional especializado em sala de aula comum e em sala de recursos multifuncionais/Multimeios. Relatório Reflexivo.
Referências	<p>Básicas JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, p. 13-37, 1996. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial:(Bianca). Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018.GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Libras I *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	<p>Básica: GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>Complementar: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica I *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A aprendizagem de língua inglesa e os lugares do professor e do estudante nesse processo. Estudo das principais teorias e concepções de aprendizagem de uma língua estrangeira. Ensino e aprendizagem da língua inglesa na educação infantil e no ensino fundamental. Planejamento e práticas de ensino. Seleção e desenvolvimento de material didático. Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ALMEIDA FILHO, José Carlos P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas</p>

<p>estrangeiras. 8. ed. Campinas: Pontes, 2015.</p> <p>CARMAGNANI, A.M.; GRIGOLETTO, M. (Orgs). Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2001</p> <p>Complementares:</p> <p>HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.</p> <p>HASHEMI, M., & AZIZINEZHAD, M. Teaching English to children: A unique, challenging experience for teachers, effective teaching ideas. <i>Procedia-Social and Behavioral Sciences</i>. 2011. 30, 2083-2087.</p> <p>MORAES, J. P. D. O lúdico e sua relação com o ensino de língua estrangeira para crianças. Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac. 15º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, UNICAMP. 2005.</p> <p>BASSO, Edcléia Aparecida. (Org.) Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores. São Carlos: Claraluz, 2008.</p> <p>JORDÃO, C., GIMENEZ, T. & ANDREOTTI, V. (orgs). Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005.</p> <p>MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcísio); BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.</p> <p>A aprendizagem de língua inglesa e os lugares do professor e do estudante nesse processo. Estudo das principais teorias e concepções de aprendizagem de uma língua estrangeira. Ensino e aprendizagem da língua inglesa na educação infantil e no ensino fundamental. Planejamento e práticas de ensino. Seleção e desenvolvimento de material didático. Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Atividade para articulação entre teoria e prática.</p>	
7º Semestre	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial IV	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Questões específicas da educação especial: peculiaridades e necessidades específicas.
Referências	<p>Básicas</p> <p>VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia – Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guilherme Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019.</p> <p>CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papirus, 2008.</p> <p>DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares</p> <p>VIGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. In: Psicologia pedagógica. 2011. p. 561-561.</p> <p>BARROCO, Sonia Mari Shima. A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Araraquara: UNESP, 2007.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. 1869-1934. A construção do pensamento e da linguagem. Tradução Paulo Bezerra. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>ZANELLA, A.V.; Reis, A.C.; TITON, A.P.; URNAU, L.C.; DASSOLER, T.R. “Questões de Método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. In: Psicologia & Sociedade; 19 (2): 25-33, 2007.</p>
Educação Especial nas Séries Finais do Ensino Fundamental	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Áreas do conhecimento escolar. Organização da Educação Especial nas séries finais do Ensino Fundamental. Recursos pedagógicos.
Referências	<p>Básicas</p> <p>Básicas:</p>

	<p>SANTOS, Emerson Izadoro dos. Ciências nos anos finais do ensino fundamental: Produção de atividades em uma perspectiva sócio- histórica. São Paulo: Anzol, 2012.</p> <p>FREIRE, P. O ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostky. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>Complementares</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014.</p> <p>CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de FREITAS, Eliano de Souza M. & FERREIRA Adriana Angélica. (Orgs). Meio ambiente em cena. Belo Horizonte: RHJ, 2012.</p>
Códigos e Linguagem Aplicáveis	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Braille, sorobã, tadoma.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ABREU, E. M. A. C.; FELIPPE, M. C. G. C.; SANTOS, F. C.; OLIVEIRA, R. F. C. Braille!? o que é isso? São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 2008.</p> <p>MACHADO, R. C. Descomplicando a escrita Braille: considerações a respeito da deficiência visual. Curitiba: Editora Juruá, 2009.</p> <p>MARTIN, M. B.; BUENO, S. T. Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.</p> <p>Complementares</p> <p>BIANCHETTI, L. (Org), FREIRE, I. M. (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2004.</p> <p>BRUNO, O. M.; CARVALHO, L. A. V. Óptica e fisiologia da visão: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006.</p> <p>RODRIGUES, E. A. O. S. Orientação e mobilidade para cegos ou baixa - visão no espaço urbano de Lages (SC). Lages: Ed. do Autor, 2004.</p> <p>SALOMON, S. M. Deficiente visual: um novo sentido de vida. São Paulo: Ltr, 2000.</p>
Políticas de Formação Docente	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Apreensão da história da formação docente no Brasil
Referências	<p>Básicas</p> <p>EVANGELISTA, Olinda. O que revelam os slogans na política educacional. Junqueira&Marin Editores, 2016.</p> <p>EVANGELISTA, OLINDA; SEKI, ALLAN KENJI. Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo. Junqueira&Marin Editores, 2017.</p> <p>NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. 1992.</p> <p>Complementares</p> <p>EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. Revista Trabalho Necessário, v. 10, n. 15, 2012.</p> <p>MICHELS, M. H. Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. Rev. bras.</p>

	<p>educ. espec., v. 11, n. 2, p. 255-272, 2005. MICHELIS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.</p>
Estágio Curricular Obrigatório IV	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Observação participante em sala de aula comum e em sala de recursos multifuncionais/ Multimeios. Relatório reflexivo
Referências	<p>Básicas JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, p. 13-37, 1996. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: (Bianca). Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Libras II *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	<p>Básica CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. QUADROS, Ronice Muller. de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Complementares CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007. Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica II *	
Carga Horária	40 horas - 2 créditos

Ementa	Sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementares BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019. COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____. O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Sala de aula como campo de pesquisa.</p>
8º Semestre	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial V	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Fundamentos da Defectologia com base em Vigotski: o fator coletivo para o desenvolvimento
Referências	<p>Básicas VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia – Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares BARROCO, Sonia Mari Shima. A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Araraquara: UNESP, 2007. VIGOTSKY, L. S. 1869-1934. A construção do pensamento e da linguagem. Tradução Paulo Bezerra. - São Paulo: Martins Fontes, 2000. VIGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. In: Psicologia pedagógica. 2011. ZANELLA, A.V.; Reis, A.C.; TITON, A.P.; URNAU, L.C.; DASSOLER, T.R. “Questões de Método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. In: Psicologia & Sociedade; 19 (2): 25-33, 2007.</p>
Educação Especial no Ensino Médio e EJA	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Áreas do conhecimento escolar. Organização da Educação Especial na EJA. Organização da Educação Especial no EM. Recursos pedagógicos.
Referências	<p>Básicas FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 6. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003. MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>Complementares DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. BORGES, Regina Maria Rabello. Interatividade e transdisciplinaridade na educação</p>

	<p>científica e tecnológica de jovens e adultos & Outros (Org.). Porto alegre: EDIPUCRS, 2013.</p> <p>CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. O uso Pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores. v. 29, n. 104- Especial. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>GADOTTI, Moacir. MOVA: por um Brasil alfabetizado. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.</p> <p>SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005</p>
Políticas de Formação Docente	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Curso de extensão destinado a acadêmicos das licenciaturas
Referências	<p>Básicas</p> <p>MICHELS, M. H. Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. Rev. bras. educ. espec., v. 11, n. 2, p. 255-272, 2005.</p> <p>MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. Poiesis Pedagógica, v. 9, n. 1, p. 07-19, 2011.</p> <p>Complementares</p> <p>ANDRÉ, Marli et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Educação & Sociedade, v. 20, n. 68, p. 301-309, 1999.</p> <p>GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.</p> <p>SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil: a herança histórica. Retratos da Escola, v. 2, n. 2/3, 2012.</p> <p>VIEIRA, A. M. D. P.; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. Paraná: EDUCERE, v. 7, p. 8, 2008.</p>
Estágio Curricular Obrigatório V	
Carga Horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Observação participante em sala de aula comum e em sala de recursos multifuncionais/ Multimeios. Relatório reflexivo
Referências	<p>Básicas</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, p. 13-37, 1996.</p> <p>PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial:(Bianca). Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares</p> <p>FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. GARCIA, R. M. C. Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI. Florianópolis: UFSC/CED/NUF, 2017.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.</p>
Gestão de Processos Educacionais *	
Carga	40 horas - 2 créditos

Horária	
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	<p>Básicas DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã Vm, 2001. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. Libertad, São Paulo, 2005. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico. Educação superior: projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>Complementares BRASIL. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC/SASE, 2014. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf. HARDT, Lúcia Schneider et al. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. LÉVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica III *	
Carga Horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CUNHA, Maria Izabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2001. FREIRE, Paulo. Política e educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>Complementares FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES. N. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: Leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004. THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003. A formação específica como campo de pesquisa.</p>

3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Especial está organizada considerando conhecimentos básicos, complementares e profissionalizantes, contemplando em cada semestre, aspectos gerais da formação docente e específicos ao atendimento educacional especializado. Estes conhecimentos estão organizados de modo que nos primeiros semestres a maior concentração seja em relação aos conhecimentos básicos, e nos últimos semestres haja maior ênfase nos conhecimentos profissionalizantes, considerando-se de forma crescente em complexidade.

Nesse sentido, os conteúdos curriculares estão organizados conforme o projeto das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC, que por sua vez segue as recomendações das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 1 de 18/02/2002 e CNE/CP n. 2 de 19/02/2002), da seguinte forma:

- a) Disciplinas Específicas: visam à formação do profissional Licenciado em Educação Especial, e destinam-se à formação que abrange os conhecimentos identificadores dessa Licenciatura.
- b) Disciplinas Compartilhadas Totais: As disciplinas compartilhadas totais serão oferecidas desde o 1º até o 8º semestre, totalizando uma carga horária de 810 horas correspondendo a 54 créditos. Buscam estudar a profissão docente nos seus aspectos pedagógicos, políticos, filosóficos, históricos, antropológicos culturais, econômicos, éticos. Bem como, estudar as diferentes abordagens teóricas que têm buscado compreender como vem se construindo a profissão docente em suas múltiplas relações. Pois, o que todas as licenciaturas têm em comum é a função docente e seus conteúdos, ou seja, aquele espaço compartilhado no qual podemos trocar experiências e conhecimentos.
- c) Atividades Complementares: Têm a finalidade de proporcionar no Currículo do Curso a flexibilização do processo de formação, respeitando e integrando interesses e afinidades dos alunos.
- d) Estágio curricular obrigatório: Compreende o 5.º, 6.º, 7.º e 8.º semestres (Cf. Resp. CNE/CP 02 de 19/02/02, Art. 1.º, inciso II).

Dessa maneira, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Especial está adequada à legislação, integrando e relacionando às disciplinas voltadas para a formação de professores às especificidades. A partir disso, objetiva-se a formação teórico/prática do profissional, ao mesmo tempo se busca a integração e a articulação com outros saberes capazes de promover a formação dá e para a educação e necessidades especiais. Para tanto, correlaciona os conteúdos e metodologias voltados para o processo pedagógico, norteado pela pesquisa e extensão e pela construção das competências inerentes ao graduando.

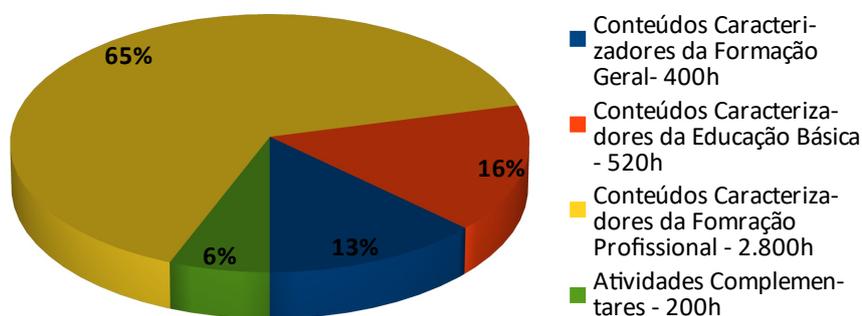
O estágio curricular obrigatório está articulado às disciplinas de fundamentos das áreas auditiva, motora, visual e mental.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	C/H	Disciplinas e %
Formação Geral	- Tecnologia da Informação e Comunicação	80	05 disciplinas
	- Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	- Língua Portuguesa	80	
	- Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		400	12%
Educação Básica	- Profissão Docente	60	12 disciplinas
	- Políticas Públicas da Educação Básica	60	
	- Psicologia da Educação	40	
	- Currículos e Saberes	40	
	- Educação e Necessidades Especiais	40	
	- Didática	80	
	- Libras I	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica I	40	
	- Libras II	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica II	40	
	- Gestão de Processos Educacionais	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica III	60	
Total da Carga Horária do Conteúdo		580	17%
	Alfabetização e Letramento I	60	
	Alfabetização e Letramento II	40	
	Aprendizagem e Desenvolvimento	80	
	Códigos e linguagem aplicáveis	60	
	Currículo e Educação Especial	60	
	Educação Especial na Educação Básica	80	
	Educação Especial na Educação Infantil	80	
	Educação Especial nas Séries Finais do Ensino Fundamental	80	
	Educação Especial nas Séries Iniciais do	80	

Formação Profissional	Ensino Fundamental		31 disciplinas
	Educação Especial no Ensino Médio e EJA	80	
	Educação Matemática	80	
	Estágio Curricular Obrigatório I	80	
	Estágio Curricular Obrigatório II	80	
	Estágio Curricular Obrigatório III	80	
	Estágio Curricular Obrigatório IV	80	
	Estágio Curricular Obrigatório V	80	
	Fundamentos da Educação Especial	80	
	Fundamentos do Trabalho Pedagógico Escolar	80	
	Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Educação Escolar	80	
	Fundamentos históricos e filosóficos da Educação	80	
	Fundamentos Sociológicos e Psicológicos da Educação	80	
	Inclusão e educação	40	
	Organização e Funcionamento da Educação Especial na Educação Básica Brasileira	80	
	Políticas da Educação Especial no Brasil	60	
	Políticas de Formação Docente	40	
	Políticas de Formação Docente	60	
	Trabalho Pedagógico da Educação Especial I	60	
	Trabalho Pedagógico da Educação Especial II	60	
Trabalho Pedagógico da Educação Especial III	100		
Trabalho Pedagógico da Educação Especial IV	80		
Trabalho Pedagógico da Educação Especial V	80		
Total da Carga Horária do Conteúdo		2.220	65%
Atividades Complementares	Atividades de Pesquisa	200	-
	Atividades de Extensão		
	Atividades de Monitoria		
	Estágio Não Obrigatório		
	Eventos Científicos ou Culturais		
	Disciplinas cursadas na UNIPLAC ou em outra IEs e que não faça parte da estrutura curricular do curso.		
Total da Carga Horária das Atividades Complementares		200	6%
Carga Horária Total do Curso		3.400	100%

3.7.2 Representação gráfica de perfil de formação



3.7.3 Requisitos Legais

3.7.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Educação Especial prevê a integração da Educação Ambiental por meio da disciplina de Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também por meio da disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolve o PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a

formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteira. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA). A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: UNIPLAC, UNIVALI, UDESC, UNISUL, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC E UNESC. O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de

ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (THIOLLENT, 2008; HAGUETTE, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008; FRANCO, 2008). Complementar à análise documental, serão aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (SZYMANSKI, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES. A avaliação e socialização dos resultados dar-se-á por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também será organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a UNIPLAC tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

3.7.3.2 Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lein. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre – 4 créditos – 80 horas.

A UNIPLAC, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O projeto do curso de Educação Especial prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre – 4 créditos – 80 horas.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade

enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades internas e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

A Universidade possui profissionais credenciados pela UNIPLAC para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.8 METODOLOGIA

A metodologia para o processo de ensino e aprendizagem proposta para o Curso de Licenciatura em Educação Especial tem a perspectiva da problematização como norteadora da prática pedagógica, considerando aspectos da realidade, confrontados com conhecimentos científicos para a reflexão necessária à compreensão e construção de conhecimentos do campo da educação especial.

A proposta curricular do Curso de Educação Especial está embasada na Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria prática garantida, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

a) I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

b) II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

c) III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 131/14, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, “deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras

formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR

A Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução CNE/CES 2, de 1º de julho de 2015 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso enfatiza que a carga horária mínima do estágio curricular obrigatório, deverá atingir 400 (quatrocentas) horas.

3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório está estruturado a partir do 4º semestre, organizado por área de concentração, sendo que no 4º e 5º semestres será contemplada a área auditiva; no 6º semestre, a área motora; no 7º semestre, a área visual; no 8º semestre, a área mental e condutas típicas. Vem sendo desenvolvido atendendo aos seus objetivos específicos, conforme segue:

- Promover o exercício da docência no atendimento educacional especializado, ofertado nos níveis da Educação Básica, em instituições públicas, privadas, confessionais e filantrópicas;
- Orientar atividades de avaliação, planejamento e acompanhamento na utilização de recursos e estratégias de acessibilidade arquitetônica e de comunicação em espaços educacionais;
- Fundamentar a compreensão do contexto escolar, como um espaço de inclusão de todos como beneficiários do processo educacional;
- Instrumentalizar os estudantes para o desenvolvimento de atividades em sala de aula, compreendendo-a como espaço de interação, propício ao desenvolvimento e aprendizagem de todos;
- Possibilitar aos estagiários e estagiárias, organização e desenvolvimento de cursos de pequena duração visando a formação docente continuada;
- orientar a elaboração de relatório, contemplando a estrutura mínima prevista no Art. 23 deste Regulamento;

- promover a socialização, em forma de seminário, dos resultados do estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório tem Regulamento próprio, aprovado pelo Parecer CONSUNI/UNIPLAC n. 213, de 27/09/2012

3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica

Tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho.

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008, bem como nas Resoluções n. 01/2006 e 2/2015 do CNE/CP, que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos Educação Especial e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica.

O referido convênio caracteriza o Estágio e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e para a UNIPLAC, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento supervisionado, sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Obrigatório, para

disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da UNIPLAC com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Obrigatório, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela UNIPLAC.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes estadual e municipal da região da Serra Catarinense, limitando-se a Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, ou ainda em cursos de extensão nas comunidades, clubes de serviço, ou no espaço físico da universidade.

Dentre os objetivos, destaca-se o de desenvolver nos alunos estagiários a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam os campos de experiências e direitos de aprendizagem, com seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, nos componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, proporcionando-lhes habilidades necessárias para a sua prática pedagógica docente.

O Estágio acontece em processo e é realizado a partir da segunda metade do curso, iniciando-se, portanto, no 4º semestre.

Esse processo é desenvolvido em grupos de até quatro estagiários, o que possibilita maior integração e troca de experiências entre os mesmos. É acompanhado pelo Coordenador do Curso, pelos professores da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, pelo Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio e Professores Regentes das disciplinas onde se realizam os estágios.

Compreende as seguintes etapas:

- I. no 4º (quarto) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas-aula).

Fazendo assim a observação participante em ambientes educacionais e escolherá o Orientador;

- II. o 5º semestre compreende as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas na docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender com intervenção na realidade

educacional e desenvolvimento do projeto de estágio, com 40h/a (quarenta horas-aula) de estágio;

III. no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica, num total de 40h/a (quarenta horas-aula) de estágio.

IV. o 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, num total de 40h/a (quarenta horas-aula) de estágio.

A participação da Unidade Escolar no referido processo, ocorre através do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, sendo de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

3.9.3 Estágio Curricular Obrigatório Relação entre Teoria e Prática

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Obrigatório é o primeiro contato que o aluno-professor tem com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar o futuro professor a encarar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem a educação.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Desta forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

3.9.4 Estágio Curricular Não Obrigatório

O Estágio Curricular Não obrigatório na UNIPLAC constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico. É realizado por livre escolha do aluno, obedecendo a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008 com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas. Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008.

No curso de licenciatura em educação especial os alunos poderão desenvolver atividades de monitoria, segundo professor, auxiliar de professor, apoio pedagógico em instituições de educação formal e não formal que desenvolvam atividades de educação especial, orientador de atividades pedagógicas na área de educação especial, conforme Atas do Colegiado de curso de n. 03/2010 e n. 01/2013 e Ofício n. 039, de 23/04/2012.

A UNIPLAC firma convênios com entidades públicas e privadas, a fim de criar os campos de estágios ao acadêmico.

3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares podem ser atividades de cunho teórico-prático que têm como objetivo enriquecer a formação profissional através do desenvolvimento de competências e habilidades, por meio de atividades pedagógicas e culturais, tanto no contexto acadêmico, como nas relações com o mundo do trabalho e nas ações desenvolvidas por meio

dos projetos de extensão que a Universidade desenvolve junto a comunidade. As atividades complementares são desenvolvidas pelos alunos considerando as áreas específicas de interesse do mesmo, oportunizando assim maior dinamicidade na integralização da estrutura curricular tendo como referência o processo interdisciplinar.

São consideradas atividades complementares as que possibilitam a integralização curricular, no Curso de Licenciatura em Educação Especial: participação em projetos de iniciação à pesquisa, participação em projetos de extensão na área de educação, atividades de monitoria, estágio curricular não-obrigatório, docência na educação básica e serviços de atendimento educacional especializado, participação em eventos na área da educação e áreas afins, assim como outras atividades que o Curso entender necessárias integralizar, desde que solicitadas pelo aluno e aprovadas em Colegiado do Curso e pelo regulamento aprovado pelo CONSUNI.

No curso de Licenciatura em Educação Especial, as atividades complementares dispõem de Regulamento próprio, aprovado pelo Parecer CONSUNI/UNIPLAC n. 212, de 27/09/2012

Quadro de Atividades Complementares do Curso de Educação Especial³

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	% de horas das atividades	Horas
– Disciplinas afins em outros cursos	10%	20
ATIVIDADES DE PESQUISA		
– Projetos e programas de iniciação científica	20%	30
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS		
– Em periódicos na área da educação	20%	40
– Em periódicos de qualquer natureza	10%	20
ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
– Cursos como ministrante e/ou organização de eventos culturais	20%	30
– Cursos como ouvinte	10%	20
– Participação em eventos na área da educação relacionados à habilitação do curso (seminários, simpósios, conferências, congressos, cursos para formação profissional, etc.)	30%	50
– Estágio curricular não-obrigatório	20%	30
– Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC	10%	20
– Representação estudantil (Colegiado de Curso / CA / DCE)	10%	20
– Outras atividades não descritas neste anexo.	Deverão ser analisados e emitidos pareceres pelo NDE, Colegiado do Curso de Educação Especial e/ou coordenação do mesmo.	

³ Alteração no Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Educação Especial. Parecer n. 212, de 27/09/2012.

3.11 APOIO AOS DISCENTES

O apoio aos discentes se baseiam no PDI/UNIPLAC e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-Reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o serviço de atendimento ao estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Doutora	20 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord. Grad.	Graduada	40 horas
Coordenação de Curso	Mestre	15 horas

3.11.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras com intérpretes em sala de aula e de apoio além da sala de aula, Braille, por meio de textos, trabalhos, provas, audiodescrição dos materiais pedagógicos que possuem imagens, empréstimo de lupas, e outras especificidades de acordo com que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente

para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC e encontra-se atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.11.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtorno de conduta e altas habilidades /superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

3.12 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso e os processos de avaliação são de fundamental importância para avaliar o sucesso do currículo proposto para o Curso, como também, para se certificar da necessidade de alterações futuras que venham a aprimorar o projeto, tendo em vista o seu

caráter dinâmico e a necessidade de adaptar-se às constantes mudanças, a avaliação é vista, portanto, como uma atitude de responsabilidade da IES, do NDE, do Colegiado e dos alunos, bem como em conformidade com o PDI da Instituição

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação da aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, “deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações e também no mínimo 02 (duas) recuperações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;

- informa nos instrumentos utilizados para avaliações quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

Quanto a avaliação do curso, em cumprimento à Lei n. 10.861 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Setor foi regulamentado pela Resolução n. 239, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, e tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “lato e stricto sensu”, e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, de dezembro de 1996.

Já para garantir a autoavaliação da IES foi constituído, no âmbito da instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao SINAES, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsas, ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução n. 240 do CONSUNI que, por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação com a apresentação dos resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e ao coordenador do curso, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas e administrativas.

Esse trabalho é, portanto, fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões

previstas e implantadas estão sendo produtivas a fim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica, o Setor de Avaliação Institucional divulga, via página específica no site da IES, todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação Institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar os significados de Conceito de Curso (CC); Conceito preliminar de Curso (CPC); Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir como ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com o formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo ENADE. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes ao longo das avaliações de todos os processos de ensino-aprendizagem, bem como para o ENADE.

Ademais, discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando ocorrem *in loco*, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam como ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

3.13 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Seguem ações resultantes dos processos de avaliação:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, redes sociais, capacitações, relatórios emitidos pelo sistema informatizado e Selo da CPA;

- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas, na página da CPA e da UNIPLAC;

- Envolvimento do NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do Curso;

- Manutenção do Programa de Apoio e acompanhamento Pedagógico aos estudantes e professores;

- Manutenção do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico, Psicopedagógico e Psicológico para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;

- Manutenção do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico, Psicopedagógico e Psicológico aos estudantes que se autodeclaram com deficiência (física, motora, cognitiva, visual, auditiva), altas habilidades e superdotação;

- Apoio pedagógico para produção e escrita de artigos científicos;

- Apoio pedagógico com aulas de interpretação de texto, Matemática e Atualidades;

- Aquisição de novos referenciais bibliográficos (físico e digital), com títulos específicos para as diferentes áreas do conhecimento;

- Ampliação na infraestrutura física com incorporação de novos espaços para lazer, entretenimento, atividades físicas, entre outras;

- Implantação do Plano de Acessibilidade no Campus;

- Capacitação permanente dos docentes no início de cada semestre letivo;

- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa dos Cursos e da IES.

Por fim, ressalta-se que de acordo com o Projeto de Avaliação Institucional (2020, p. 31-32), "Os resultados da Avaliação Institucional são utilizados como Instrumentos de Gestão para a Tomada de Decisão e plano de melhorias pela IES, sendo:

a) Na Graduação os resultados servem à tomada de decisões quanto à adequação dos PPCs e sua relação com o PPI e PDI da Instituição; revisão das estruturas curriculares tendo como parâmetro o perfil dos egresso, os resultados das avaliações internas e externas; promover formação continuada para os docentes.

b) Na pós-graduação os resultados servem para execução de medidas cabíveis em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão; análise das produções e sua compatibilidade com as linhas de pesquisa definidas pelo PDI e PPI; mecanismos de avaliação para atender as demandas e a qualidade dos Cursos.

c) Na extensão os resultados subsidiam e permitem analisar e readequar os projetos e seus resultados às necessidades da comunidade envolvida; reorganizar projetos existentes e criar novos projetos a partir das necessidades evidenciadas.

d) Na pesquisa os resultados são usados para dialogar com os coordenadores sobre a pertinência das mesmas e os fins a que se destinam.

e) Na gestão acadêmica para contribuir com as tomadas de decisões dos coordenadores de cursos, gestores e planejamento das metas do PDI."

3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PCC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.15 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

- Professor-tutor: tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da

estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

O professor-tutor está preparado e capacitado para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas. Ele deve observar o desempenho dos discentes, sanar dúvidas e criar meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor-tutor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Ele estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos. Além disso, deve ter conhecimento do conteúdo trabalhado, oferecer feedbacks constantemente aos alunos, estimular os debates realizados em fóruns, desenvolver a habilidade de cooperação e interação entre os alunos, incentivando a construção do conhecimento de forma coletiva. Outro ponto importante na atuação do tutor é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os alunos em dificuldades técnico-pedagógicas.

- Técnico: esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, designer instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o designer instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes,

participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.16 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.17 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles:

- (a) Sistema Didático;
- (b) Sistema de Comunicação;
- (c) Sistema Tutorial;
- (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor-tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela UNIPLAC é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade, nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a UNIPLAC fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da UNIPLAC. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Dentro do AVA há mecanismos de interação, que são compostos por ferramentas tecnológicas apropriadas para a apresentação de materiais e recursos a serem utilizados nas aulas. Esses recursos permitem e facilitam a cooperação entre tutores, discentes e docentes. Para possibilitar o estudo via Web, o aluno do curso utiliza a plataforma Moodle, na qual é disponibilizado o material no AVA de cada disciplina, também são apresentados materiais via ferramentas do Google e material impresso (quando necessário). No Moodle o discente pode:

5. Acessar o Guia da Disciplina, o material didático, os fóruns e as tarefas;
6. Enviar/receber mensagens de outros participantes;
7. Verificar sua participação e seu desempenho na disciplina;
8. Utilizar o café virtual para trocar ideias com os colegas, tutores, etc;
9. Receber as avaliações do seu tutor e, quando for o caso, solicitar revisão de sua nota no fórum específico para isso.

O material disponível para o aluno, nesta disciplina, consiste em aulas veiculadas através de textos originais, videoaulas, textos e propostas de fóruns virtuais assíncronos e de tarefas individuais e em grupo, preparadas com metodologias diferenciadas. Esse material didático é um recurso estratégico que permite desenvolver a reflexão e instigar as aprendizagens significativas e permanentes, facilitando tanto as atividades de ensino quanto as atividades de aprendizagem. As avaliações e revisões para correção ou melhoria destes materiais são realizadas semestralmente ou conforme a necessidade, que normalmente surge dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões realizadas no setor com a equipe de DI (designer instrucional) e os professores-tutores.

3.19 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades on-line e presenciais (quando programadas), bem como

todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de Design Instrucional (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades on-line e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de Design Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- Fazer contato com os professores autores;
- Orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- Definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- Acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores autores;
- Fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- Acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- Solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores autores à Fundação UNIPLAC;

- Garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- Mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-tutor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- Produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- Elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- Propor as atividades avaliativas online e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

3.20 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pelas salas de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações on-

line. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações on-line, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data preestabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada

disciplina. As atividades on-line serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizadas a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra on-line, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;

Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;

- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.21 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A UNIPLAC possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a UNIPLAC conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 4.000 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

3.22 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08hs às 12hs e das 13h30min às 22hs.

3.23 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O PPC construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida Resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;

- informa nos instrumentos utilizados para avaliações quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.24 NUMERO DE VAGAS

O número de vagas disponível para o Curso de Educação Especial é de 80 vagas anuais, sem compartilhamento e/ou 40 vagas anuais com compartilhamento, baseado no objetivo de suprir a demanda existente por este profissional, sendo o corpo docente altamente participante e atuante nas questões de ensino-aprendizagem, e infraestrutura do curso, como laboratórios básicos de ensino e o laboratório de práticas específicas, em que se encontram equipamentos de alta tecnologia para realização das aulas.

3.25 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

São várias as formas como a UNIPLAC promove a sua integração com as Escolas de Educação Básica situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas: o Projeto Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica, Programa de Desenvolvimento Regional – PROESD – Licenciatura e o convênio UNIPLAC-SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação e também com a Secretaria Municipal de Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

3.25.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da UNIPLAC estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos

favorecidas da população;

- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.
- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH.

Com o Projeto PIBID e Residência Pedagógica, a UNIPLAC objetiva inserir os acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os acadêmicos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus acadêmicos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os acadêmicos bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras

vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes acadêmicos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os acadêmicos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, PIBID, Residência Pedagógica e a missão da UNIPLAC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) à Docência.

3.25.2 Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional PROESDE/Licenciaturas teve como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas.

O estudo destas propostas nos levou a grandes reflexões sobre a aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos em metodologias diferenciadas para maiores aprendizados dos estudantes da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos inicial e anos finais), conforme estabelece a Base Curricular Catarinense.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. O foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletarem sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com seminário estadual.

3.25.3 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017 entre a Secretaria de Estado da Educação e a UNIPLAC tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.25.4 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade

O Convênio assinado n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.26 ATIVIDADES PRATICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Por meio dos Projetos PIBID e Residência Pedagógica, a UNIPLAC insere acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos acadêmicos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

A partir do 4º semestre, os acadêmicos do Curso de Educação Especial – Licenciatura realizam suas atividades práticas nas Escolas de Educação Básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

O processo de estágio do curso, é desenvolvido em cinco etapas, conforme descritas abaixo:

- I. No 4º (quarto) semestre cada acadêmicos deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas-aula). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;
- II. O 5º (quinto) semestre compreende o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, na Educação Infantil de no mínimo 40 horas de estágio;
- III. No 6º (sexto) semestre cada acadêmico deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h (quarenta horas). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;
- IV. O 7º (sétimo) semestre será dedicado à regência de classe, nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, num total de 40 horas de estágio.
- V. No 8º (oitavo) semestre é a observação e atuação docente na Educação de Jovens e Adultos como também à conclusão do relatório final, num total de 40 horas de estágio.

3.26.1 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 2/2019) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os acadêmicos das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Educação Especial pretende trabalhar a PCC, por meio das disciplinas do semestre, com ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado a partir do 1º semestre no cotidiano escolar, conforme a ênfase:

- 1º semestre Relação Sujeito e Escola
- 2º semestre Educação Escolar e Sociedade
- 3º semestre Processos de Aprendizagem
- 4º semestre Prática Pedagógica
- 5º semestre Atuação Docente: Educação e Infância
- 6º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 7º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 8º semestre Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos - Atuação Interdisciplinar.

4 CORPO DOCENTE

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE foi institucionalizado na UNIPLAC através da Resolução n. 088, de 24 de setembro de 2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

A indicação dos representantes docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é feita por maioria simples, conforme Regimento Geral da Universidade, a partir de reunião com registro em ata, seguido de ofício encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino, para conhecimento, e desta para o Reitor, que os nomeará.

É um órgão constituído de professores com titulação, preferencialmente, em nível *stricto sensu*, sendo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) da UNIPLAC.

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da UNIPLAC conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional e Técnico Audiovisual.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes.

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso é da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Possui experiência profissional na área do conhecimento, no magistério superior e é capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende a demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da UNIPLAC. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Educação Especial da UNIPLAC possui, **43** professores altamente qualificados, com formação *lato sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso de Educação Especial tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia

maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

De acordo com a Resolução da UNIPLAC n. 124, de 04/06/2014, o docente deve ter no mínimo especialização e formação didático-pedagógica (Metodologia do Ensino Superior, Metodologia da Pesquisa e Monografia) para ter seu credenciamento.

Atualmente o corpo docente do curso de Educação Especial, por titulação é a seguinte:

TITULAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL (%)
Doutores	15	35%
Mestres	25	58%
Especialistas	03	7%
TOTAL	43	100%

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudo a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é a seguinte:

CARGA HORÁRIA	TOTAL	PERCENTUAL (%)
40 horas (Integral)	20	47%
12 a 39 horas (Parcial)	13	30%
0 a 11 horas (Horista)	10	23%
TOTAL	43	100%

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam 100% do corpo docente, no entanto, os professores horistas representam 23 %. As cargas horárias na sua maioria variam, porém, garante o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 30 anos	24	59%
De 20 a 39 anos	07	15%
De 10 a 19 anos	07	15%
Menos de 10 anos	05	11%
TOTAL	43	100%

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 30 anos	24	59%
De 20 a 39 anos	07	15%
De 10 a 19 anos	07	15%
Menos de 10 anos	05	11%
TOTAL	43	100%

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Educação Especial possui vasta experiência no magistério superior, o que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção

da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

Conforme legislação interna, cada professor somente poderá ministrar uma disciplina por semestre, exceto quando também, trabalhar com as disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório. Além das atividades desenvolvidas nas disciplinas os professores podem acumular a função de orientador de estágio curricular obrigatório. Somente em casos excepcionais, aprovado pelo colegiado de curso e homologado pela Pró-Reitoria de Ensino é que pode ser trabalhado além do que está na legislação.

A tabela a seguir evidencia o tempo de experiência profissional no Ensino Superior:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL
Acima de 30 anos	03	7%
De 20 a 39 anos	07	16%
De 10 a 19 anos	30	70%
Menos de 10 anos	03	7%
TOTAL	43	100%

O tempo de experiência no magistério superior reflete a história do curso na UNIPLAC desde a sua criação.

4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EAD

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2019-2023), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPE. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem uma capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual treina esses docentes quanto a utilização das ferramentas do Moodle, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EAD

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC praticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

6. Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
7. Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
8. Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
9. Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
10. Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
11. Refletir sobre as praticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Curso de Educação Especial possui colegiado próprio, que possui função consultiva

e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutelados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EAD

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores-tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos, no quadro em anexo.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores.

Existem também salas de apoio e coordenações setoriais equipadas com computadores, telefones escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

As salas das coordenações de curso são coletivas. São estruturadas com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. Além disso, as coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

Os espaços físicos dos coordenadores de curso são compartilhados por mais de um curso. Esta foi uma estratégia encontrada para otimizar espaços e aproximar profissionais na troca de experiências. Assim, cada curso tem seus espaços para reuniões com professores, que

tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores, supervisão de estágios, etc. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. Em relação ao Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, as salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas, estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia e contam com cadeiras estofadas. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojetor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditórios e Salão de Atos para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à

disposição dos alunos seis laboratórios de informática com *acesso à internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Ainda dispõe de um laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível no Bloco I, Bloco 2, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

O Núcleo de Informática da UNIPLAC – NIU tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação UNIPLAC e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando realizados a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software – este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva – o NIU possui uma equipe de técnicos responsáveis por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas

de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso à base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número

de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

– O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

– COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

– Portal de Periódicos da Capes – O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

– Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras

bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso à base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT -Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes – O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130

bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

– Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso à internet, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.9 LABORATÓRIO DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos

geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria nº 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-UNIPLAC dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso - DCNs	– Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica CNE/CP 01 e 02 de 2002.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	– Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019.
Nota Técnica Aprovada do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina	– Nota Técnica aprovada do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Comissão de Educação Superior, através do parecer nº 125, de 05/06/2012, onde possibilita avaliação diferenciada em relação a dois critérios, previstos nos instrumentos de avaliação dos cursos.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 01 de 17 de junho de 2004. – Resolução CONSUNI n. 114 de 1º de novembro de 2013 – O curso de Licenciatura em Educação Especial incluiu o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, na disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica, no 6º semestre, com 4 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Educação, no 8º semestre, com 4 créditos, em um item de ementa.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002. – Resolução n. 115/13.No curso, a temática Educação Ambiental também será desenvolvida na disciplina Políticas Públicas na Educação Básicas, com 4 créditos,no 6º Semestre. – O curso integrou a educação ambiental por meio da disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica, no 6º semestre, com 4 créditos, como item de ementa.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução nº 127, de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. O curso incluiu o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito ao assunto como item de ementa, na disciplina Políticas Públicas na Educação Básica no 6º semestre com carga horária de 4 créditos, como item de ementa.
Titulação do Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> – Art. 66 da Lei 9.494/96, de 20/12/1996. – O curso atende este quesito, pois não apresenta em seu colegiado professor apenas graduado.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução n. 1, 17/06/2010 - CONAES – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC
Carga Horária do Curso	– Art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, 19 de fevereiro de 2002
Tempo de Integralização	– Resolução CNE/CP n. 02/2002 (Licenciatura).

Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto n. 5.296/2004. A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Os principais itens contemplados são rampas de acesso a cadeirantes, elevadores, banheiros, acesso a bibliografia em Braille, curso de LIBRAS, curso de Educação Especial e profissionais especializados no atendimento a pessoas com necessidades especiais. - Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade – CIA.
Disciplina Obrigatória/Optativa de Libras	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto n. 5.626/2005 da Presidência da República - Resolução n. 086/2009 de 21.12.09 do CONSUNI/CONSEPE, normatizou internamente a oferta da disciplina em todos os cursos na UNIPLAC. O curso cumpre este decreto, oferecendo a disciplina de LIBRAS obrigatoriamente no 6º e 7º semestres do curso.
Informações acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa do MEC n. 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. - Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i>.

7 REFERÊNCIAS

ACAFE. Panorama do Ensino Superior Fundacional em Santa Catarina: 1991 a 1993 - Ago 1994.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 41. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Parecer n. 017/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.131, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde, Resolução n. 196, de 10/10/1996 – Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.795, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.048, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.098, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. Decreto n. 4.281, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer n. 28, de 02/10/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Resolução n. 01, de 18/02/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básicas, licenciaturas.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Resolução n. 02, de 19/02/2002. Duração e carga horária mínima para a Formação de Professores da Educação Básicas, licenciaturas.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.639, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 3.284, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, Lei n. 10.861, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Resolução n. 01, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL, Governo Federal, **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004, Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. Decreto n. 5.625, de 22/12/2005. Regulamenta da Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. Decreto n. 6.094, de 24/04/2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação Básicas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer n. 08, de 31/01/2007. Duração e carga horária mínima.

BRASIL. Ministério da Educação - CONAES. Resolução n. 01, de 17/06/2010. Núcleos Docentes Estruturantes.

BRASIL, Governo Federal, **Decreto n. 7.611**, de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

CASTRO, M. da C. A. O papel da pesquisa na formação do aluno da graduação. Disponível em: http://faculdadefundetec.com.br/img/revista_academica/pdf/artigo_conceicao.pdf Acesso em: 23 ago.2014.

DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FOX, Mathew. **The Coming of the Cosmic Christ**. San Francisco: Harper and Row, 1988.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 134, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 031, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Decreto n. 312, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 334, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 058, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Decreto n. 2.717, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Portaria n. 147, de 16/12/2012. Reconhecimento do Curso de Educação Especial.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 163, de 15/04/2014. Reconhecimento do Curso de Educação Especial.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução 149, de 15/04/2014. Reconhecimento do Curso de Educação Especial.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Decreto n. 2.257, de 16/06/2014. Reconhecimento do Curso de Educação Especial.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 380, de 27/10/2009. Novos Instrumentos de Avaliação de Cursos, Institucional Externa e EaD, em coerência com o SINAES.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 070, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 243, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Decreto n. 038, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 065, de 10/05/2011. Renovação de Reconhecimento do Curso

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 100, de 22/11/2011. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 174, de 22/10/2013. Estabelece providências e normas complementares à Resolução CEE/SC nº 100/2011 para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 37 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica, 5 ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SÍVERES, Luiz. Princípios Estruturantes da Extensão Universitária. IN MENEZES, A. L. T e SÍVERES, I (org). Transcendendo Fronteiras: A Contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 133, de 13/06/1997. Biblioteca Central

UNIPLAC. Reitoria. Resolução 21, de 17/11/1998 – Regulamento Institucional das Atividades Complementares.

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n. 030, de 18/01/1999. Regulamento Institucional de Estágios.

UNIPLAC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 1.106, de 01/09/2000. Aprovação do Programa Permanente de Capacitação.

UNIPLAC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 1.761, de 2001.

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 409/02.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 011/02. Normatiza a solicitação de avaliações fora do prazo estipulado

UNIPLAC, Reitoria. Portaria n. 027, de 10/07/ 2003. Criação do Comitê de ética em Pesquisa

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n. 005, de 10/07/2003. Composição Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNIPLAC

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer nº 1.045, de 14/12/2004, Aprova o Regulamento de Estágio do Curso de Artes Visuais.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 051, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 503, de 09/10/2007. Cria o Grupo de Pesquisa Negro e Educação – NEAB.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 086, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 088, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 1.154, de 30/11/2010. Correção da Nomenclatura do Curso.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 091, de 10/12//2010. Correção da Nomenclatura do Curso.

UNIPLAC-UNICAMP-UNOESTE, **Projeto Observatório da Educação**, 2010.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC. 08/10/2011.

UNIPLAC. Reitoria. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2010/2018.

UNIPLAC. Reitoria. Projeto de Renovação do Credenciamento da Universidade. 2010-2015.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 080, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Regimento Geral da Universidade. Setembro de 2012.

UNIPLAC. PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 088, de 24/09/2010. Núcleo Docente Estruturante

UNIPLAC. Colegiado de Curso. Ata n. 03, de 22/10/2010. Estágio Curricular não-obrigatório.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer nº 1.156, de 30/11/2010.

UNIPLAC. Reitoria. Portaria n. 098, de 27/06/2011. Núcleo Docente Estruturante – NDE de Educação Especial.

UNIPLAC. Reitoria. Portaria n. 099, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 212, de 27/09/2012. Regulamento das Atividades Complementares.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 213, de 27/09/2012. Regulamento do Estágio Curricular Obrigatorio.

UNIPLAC, Conselho Universitário. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade - CIA

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 227, de 13/12/2012.

UNIPLAC. Colegiado de Curso. Ata n. 01, de 15/02/2013. Estagio Curricular não-obrigatório.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 114, de 01/11/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

UNIPLAC. Colegiado de Curso. Ofício n. 039, de 23/04/2012. Estagio Curricular não-obrigatório.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 115, de 01/11/2013. Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. Parecer n. 127, de 12/06/2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 131**, de 08/07/2014. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 049**, de 26/08/2014. Inclusão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Educação Especial.

UNIPLAC. Reitoria. Resolução n. 172, de 25/05/2015. Define o tempo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

